

Sarney vai gastar tudo o que puder

O lema agora é: "realizar cinco anos em 15 meses". Isto quer dizer que, nos próximos 15 meses que lhe restam — salvo decisão do plenário da Constituinte em contrário — o presidente José Sarney vai construir a Norte-Sul, a Usimarc (Usina Siderúrgica do Maranhão) e instalar ZPEs no Nordeste. Tudo isso — e muito mais, como se verá a seguir — o presidente mandou anunciar ontem, acompanhado do seguinte recado: ele não pretende esperar o encerramento dos trabalhos da Constituinte para governar. Vai dar início às grandes formulações já, usando, quando necessário, o recurso do decreto-lei.

Provavelmente de forma inadvertida, os parlamentares, cuja colaboração o presidente está dispensando, contribuíram ontem para a execução dos planos do presidente. Eles aprovaram a proposta de reestimativa do Orçamento que o Executivo lhes encaminhou. A reestimativa seria realmente necessária, uma vez que o projeto do Orçamento original foi feito projetando-se uma inflação de 60% para 1988. Mas, além de corrigir essa previsão para 120%, a proposta atual eleva substancialmente as dotações para os encargos da União e para reserva de contingência — duas verbas manipuladas pela Presidência da República sem necessidade de registro e controle orçamentário.

Mas não é apenas a gastar que se resume o plano de Sarney. Ele pretende a formalização de acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com o Clube de Paris; negociação plurianual da dívida externa com os bancos privados, incluindo a securitização; e retorno do fluxo de investimentos estrangeiros para o País. Estes são os principais objetivos de curto prazo para a área externa nesta nova fase de governo, que Sarney considera livre de imposições políticas. A área interna deve ser marcada por intensas realizações nas áreas social, de infra-estrutura e administrativa.

Segundo se analisa no Palácio do Planalto, um acordo com o FMI vinha sendo emperrado basicamente pelas injunções políticas de setores fortes do PMDB. E a falta deste acordo, por sua vez, vem contribuindo para dificultar a realização de uma boa negociação, definitiva e plurianual, com os bancos privados e com o Clube de Paris. Sem esses acordos, ficam suspensos os investimentos estrangeiros.

A partir de agora, contudo, sentindo-se inteiramente livre para agir conforme o que acha justo e benéfico para o País, o presidente José Sarney está disposto a empreender uma "grande arrancada" na área externa, viabilizando a captação de poupança externa necessária à sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico.

Conforme disse um ministro ao JT, o presidente Sarney agora "está completamente livre das amarras ideológicas do PMDB para governar, como acha que deve, e segundo os interesses da população".

O presidente Sarney, segundo se afirma no Palácio do Planalto, não tem receios de ir ao FMI, se entender que esta decisão é vantajosa para o País, do ponto de vista técnico-econômico. "Este recurso (de ir ao Fundo) somente pode não interessar é a quem está preocupado com as suas repercuções meramente políticas, que é o caso de quem precisa de votos, não do presidente Sarney" — afirma-se no Palácio do Planalto.

Segundo o entendimento do presidente Sarney, o Brasil precisa de poupança externa para sustentar a geração de cerca de 2 milhões de novos empregos a cada ano. Até agora, contudo, o governo tem agido como se esta poupança fosse dispensável, não por decisão própria, mas por imposição do principal partido que dizia emprestar-lhe sustentação política. Agora o governo pensa que a partir de março de 1988, com o fim dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e a definição clara das regras do jogo para o capital estrangeiro, o Brasil volta a ser uma importante opção para os investimentos em todo o mundo.

Intenções radicais

No plano interno, o presidente está convicto de que conseguirá mudar substancialmente, nos 15 meses que restam para o seu governo, o perfil social e da infra-estrutura econômica do País. Sarney dará prioridade, na área social, para a recuperação do piso nacional de salários, habitação, saúde e educação. Na área de infra-estrutura, o presidente considera prioritários os projetos da ferrovia Norte-Sul e da Usimarc, a usina siderúrgica do Maranhão, e a nova política industrial que beneficiará principalmente o Nordeste, pela instalação das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações). Na área administrativa, a intenção é enxugar a máquina do setor público, incrementar a privatização, desburocratizar todo o sistema econômico, além de cortar subsídios e incentivos de toda a natureza.

A obra gigantesca com que sonha Sarney foi amparada ontem pela aprovação, no Congresso Nacional, do orçamento geral da União para 1988, estimando receitas e despesas no limite de Cr\$ 4.545,1 bilhões, contra Cr\$ 3.238,5 bilhões da proposta orçamentária-encaminhada em agosto passado pelo Executivo.

Pela reestimativa da receita, o imposto de renda alcança o patamar de Cr\$ 1 trilhão em sua arrecadação, contra uma previsão inicial de Cr\$ 773,5 bilhões. Este acréscimo não incorpora, contudo, os efeitos do pacote fiscal em preparo na Secretaria da Receita Federal, mas somente o impacto da reestimativa inflacionária.

O programa do mutirão habitacional comunitário terá agora Cr\$ 28,5 bilhões ao invés de Cr\$ 15 bilhões; a distribuição de leite a crianças carentes vai de Cr\$ 19,2 bilhões a Cr\$ 44,2 bilhões; o apoio à população urbana carente passa de Cr\$ 8 para 20 bilhões; e a verba destinada aos inativos e pensionistas foi ampliada de Cr\$ 8 para 20 bilhões.

Norte-Sul, Usimarc, ZPE...
O presidente resolveu que,
agora sim, vai governar.
E isso significa gastar uma
montanha de dinheiro com grandes
obras em apenas 15 meses.

